

EDITORIAL

Luciano Rocha Santana

Neste número 23, a Revista Brasileira de Direito Animal inicia com a seção de Direito Civil, onde o leitor vai encontrar o artigo BRAZILIAN LAW AND THE RECOGNITION OF THE RIGHTS OF PETS IN CHILDFREE COUPLES, da Professora Doutora Valéria Silva Galdino Cardin, da Universidade de Maringá, que juntamente com Stela Cavalcanti da Silva, analisa status legal dos animais de estimação e os direitos desses animais nos casos de ruptura do casamento ou união estável .

Na seção de Direito Penal, a Professora Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal a Bahia, Maria Auxiliadora Minahim, juntamente com Jacqueline Gordilho, especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), apresentam o artigo A NATUREZA E OS ANIMAIS NO DIREITO PENAL AMBIENTAL (Nature and Animals for Environmental Criminal Law), que analisa as dificuldades da ética antropocêntrica de atribuir valor intrínseco à natureza e aos animais, e considera-os o sujeito passivo dos crimes ambientais. Em seguida, o artigo UMA REFLEXÃO DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AOS CRIMES AMBIENTAIS SOB UMA PERSPECTIVA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS (*A Reflection of the principle of insignificance in environmental crimes in a non human animal perspective*), do Professor Doutor Reginaldo Pereira, da Universidade Federal de Santa Catarina, em co-autoria com a mestrandia em Direito na Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC, Ana Cristina Fogaça, que oferece uma reflexão sobre a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais praticados contra os animais.

Na seção de antropologia jurídica aparece o artigo UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE O ESPECISMO E MOVIMENTOS DE DEFESA DOS ANIMAIS (An anthropological look at speciesism and animal law movement), de Micheline Ramos de Oliveira, Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza Professora Doutora em Direito Ambiental e Sustentabilidade da Universidade do Vale do Itajaí e Sheila Carletto, Mestranda do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas Universidade do Vale do Itajaí, que através de um olhar antropológico, analisa os direitos dos animais nas famílias multiespécies.

Na seção de Bioética, o Professor Doutor da Universidade Federal de Alagoas, George Sarmiento, no artigo TUTELA CONSTITUCIONAL DA MEDICINA NATURAL E COMPLEMENTAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: USO DE MEDICAMENTOS À BASE DE SUBSTÂNCIAS ANIMAIS, VEGETAIS E MINERAIS (*Constitutional protection of natural medicine and supplementary system health only: remedies of the use of the basic animal substances, plant and minerals*) analisa a introdução da medicina tradicional no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente as especialidades médicas alternativas reconhecidas pelos organismos governamentais, dentre elas a Terapia Assistida por Animais.

Na seção de Teoria Geral do Direito, encontraremos o artigo A CONDIÇÃO DE SUJEITO DE DIREITO DOS ANIMAIS HUMANOS E NÃO HUMANOS E O CRITÉRIO DA SENCIENTIA (*The condition of subject of law of human and non-human animals and the criteria of sentience*) onde o professor Doutor Neuro José Zambam, do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Meridional (IMED/RS) e Fernanda Andrade, Mestre em Direito pela mesma faculdade, trabalha a questão dos seres humanos e os animais, em determinados períodos históricos e culturas, demonstrando como são subjugados (objetos) ou protegidos (sujeitos de direito).

Na seção de peças processuais a RBDA 23 apresenta decisão

inédita do Poder Judiciário da cidade de Mendoza, Argentina, que concedeu uma ordem de Habeas Corpus em favor da chimpanzé Cecília, inaugurando uma nova era para o Direito Animal contemporâneo.